

Dia Internacional da Família

15 de maio

Famílias em Portugal

As famílias têm hoje uma dimensão significativamente menor do que há 50 anos. Apesar de o casal continuar a ser a forma predominante de organização familiar, o seu peso estatístico recuou, em particular o dos casais com filhos. Em contrapartida, ganharam importância os casais sem filhos, as famílias monoparentais e as pessoas a viver sós.

Em simultâneo, acentuaram-se as tendências de mudança relativamente à vida em casal com o aumento das uniões de facto, dos nascimentos fora do casamento e da recomposição familiar. A taxa de fecundidade atingiu níveis muito preocupantes e a esperança média de vida aumentou.

Estas transformações implicaram uma mudança progressiva e persistente em direção a novas formas de viver em família.

No Dia Internacional da Família, que se celebra a 15 de maio, o Instituto Nacional de Estatística e o Observatório das Famílias e das Políticas de Família do Instituto de Ciências Sociais lançam a publicação: ***Famílias nos Censos 2011: Diversidade e mudança.***

Nesta publicação, e a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011 e das estatísticas demográficas recentes é apresentada uma leitura atualizada e rigorosa das famílias portuguesas e das principais tendências relacionadas com a vida familiar:

Como vivemos hoje em família? Como se tem vindo a processar a sua mudança? Quais os fatores dessa mudança?

Nas últimas décadas a sociedade portuguesa vem registando intensas alterações, sendo a realidade atual bem diferente da que existia na década de 60.

Em 1960 o índice sintético de fecundidade era de 3,2 filhos por mulher, 91% dos casamentos realizavam-se sob a égide da religião católica e, por lei, a mulher era responsável pelo governo da casa e devia obediência ao marido. Apenas 18% das mulheres entre os 15-65 anos estavam inseridas formalmente no mercado de trabalho.

As famílias eram de maior dimensão, em média, 3,8 pessoas e eram maioritariamente constituídas por "casal com filhos". As famílias monoparentais, que detinham um peso de cerca de 6%, tinham essencialmente origem em situações de viuvez ou de emigração e não em rutura conjugal. As famílias complexas, constituídas por outros familiares, fora do núcleo familiar casal/monoparental, representavam cerca de 15%.

Em 2011, 57,6% das mulheres em idade ativa (15-64 anos) encontrava-se empregada. O número de filhos por mulher atingiu níveis mínimos (1,35 filhos).

A maior parte dos casamentos deixou de realizar-se catolicamente e as uniões de facto registaram um crescimento muito significativo.

Neste processo de mudança, as famílias tornaram-se progressivamente mais pequenas situando-se, em média, em 2,6 pessoas. Os casais com filhos perderam importância para dar lugar a novas formas de organização familiar: aumentaram os casais sem filhos, os núcleos familiares monoparentais e as pessoas vivendo sós. Aumentaram também, de forma expressiva, os casais reconstituídos.

A evolução das famílias portuguesas ao longo das últimas décadas – 2011

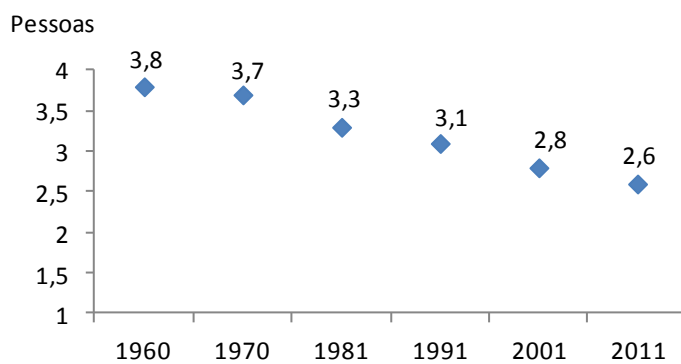
1/8

A dimensão média das famílias reduziu-se continuamente

Em 2011 apenas 2,0% das famílias eram constituídas por mais de 5 pessoas. Em 1960 as famílias com essa dimensão representavam 17,1%.

Entre 1960 e 2011 a população residente em Portugal a viver em famílias clássicas aumentou 15,9%, passando de 8 777 167 para 10 436 516 ¹. No mesmo período o número de famílias clássicas aumentou 71,6%, o que conduziu a uma redução da sua dimensão média. De facto, em 50 anos, o número de pessoas por família passou de 3,8, em 1960, para 2,6, em 2011.

Gráfico 1 – Dimensão média das famílias, 1960 a 2011

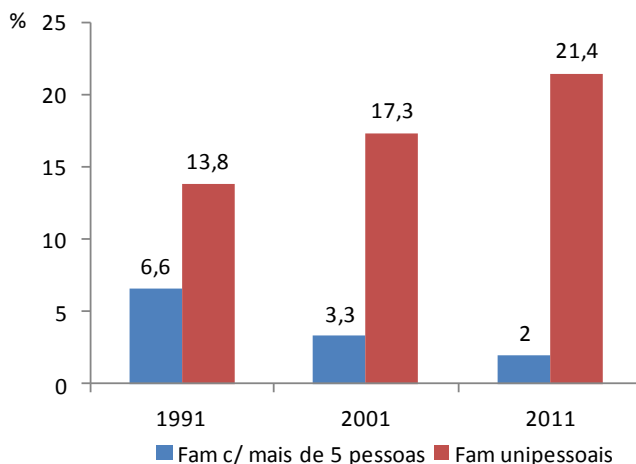


Em 1960 as famílias com mais de 5 pessoas representavam 17,1% do total, tendo este peso diminuído continuamente e atingido 2,0% em 2011.

A diminuição da taxa de fecundidade, o aumento da esperança média de vida, a alteração dos padrões de vida doméstica (que reforçaram a privatização da vida conjugal e o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos) e a existência de mais pessoas vivendo sós em diferentes idades e fases da vida (solteiros, divorciados e viúvos) são alguns dos fatores explicativos das mudanças verificadas.

¹ Trata-se de um número ligeiramente inferior ao total da população residente em Portugal. Entre 1960 e 2011, a população residente em Portugal passou de 8 889 392 para 10 562 178.

Gráfico 2 - Famílias com mais de 5 pessoas e famílias unipessoais, 1991 a 2011



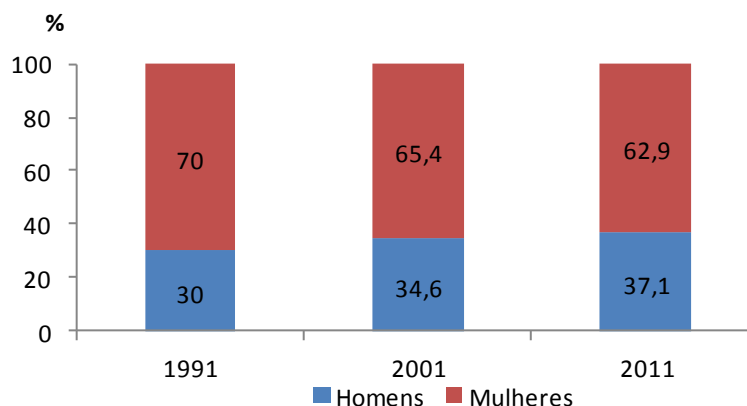
Aumentou o número de pessoas sós: mais de um quinto das famílias portuguesas eram famílias unipessoais.

Desde 1960 que a importância das famílias unipessoais tem vindo a aumentar. No entanto, foi sobretudo a partir dos anos 90 que esta tendência mais se evidenciou. Em 1960 as famílias unipessoais representavam 11,5% do total de famílias em Portugal mas em 2011 este valor ascende a 21,4%.

Este fenómeno acompanha os padrões de evolução verificados na Europa, embora Portugal registe valores abaixo da média da União Europeia.

O número de mulheres vivendo sós é superior ao número de homens em idêntica situação. Em 2011, 62,9% das pessoas vivendo sós eram do sexo feminino e 37,1% do sexo masculino. No entanto, esta relação tem vindo progressivamente a alterar-se, ainda que lentamente, dado que, em 1991, os homens vivendo sós representavam 30% do total de famílias unipessoais.

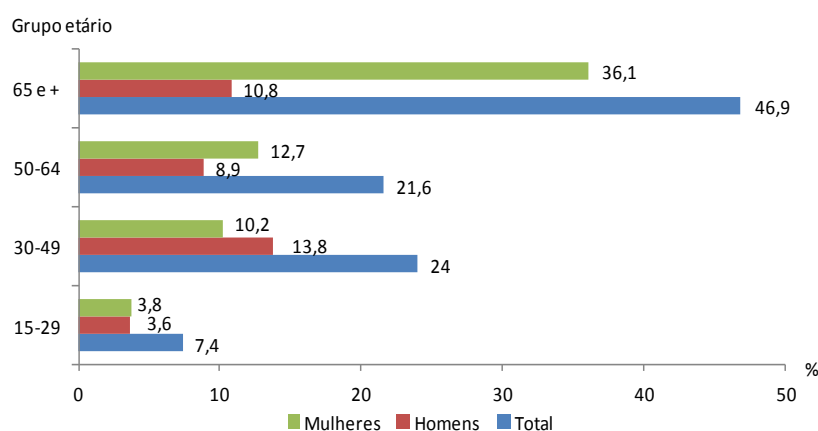
Gráfico 3 – Famílias unipessoais por sexo, 1991 a 2011



Apesar de bastante diversificada do ponto de vista da distribuição etária, denota-se um claro envelhecimento da população que reside só. Em 2011, 46,9% das pessoas sós tinham 65 ou mais anos de idade, ou seja, praticamente metade das pessoas vivendo sós eram pessoas idosas.

Esta realidade reflete o envelhecimento populacional que vem caracterizando a sociedade portuguesa. Assim, se no início dos anos 60 o índice de envelhecimento era de 27,3 idosos por cada 100 jovens, em 2011, essa relação era de 127,8 idosos/100 jovens. Por outro lado, os jovens com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos representavam 7,4% do total de pessoas sós.

Gráfico 4 - Famílias unipessoais por grupo etário e sexo, 2011



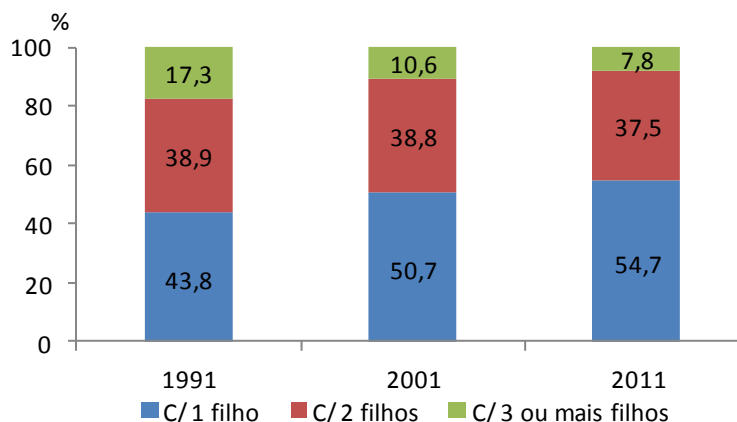
Embora o grupo dos jovens seja aquele que está menos representado no universo das pessoas sós, a sua importância cresceu nos últimos 20 anos, embora a ritmos diferenciados: 1,8% entre 1991 e 2001 e 0,4% na década seguinte.

Em cada dois núcleos familiares um correspondia a casal com filhos

Os casais com filhos, apesar de continuarem a ser a forma de organização familiar mais comum, viram a sua importância relativa diminuir. Em 2011, os núcleos de casal com filhos já só representavam 50% do total de núcleos familiares, quando em 1991 a sua importância era de 61,5%.

A par do decréscimo do número de casais com filhos, diminuiu também o número de filhos por casal. Aumentaram os casais com apenas 1 filho no núcleo e diminuíram os casais com 3 ou mais filhos. Em 2011, 54,7% dos casais residia com 1 filho face a 43,8% em 1991. Os casais com 3 ou mais filhos no núcleo, tinham, no início da década de 90, um peso de 17,3%, passando a representar apenas 7,8%, em 2011.

Gráfico 5 – Núcleos familiares de casais com filhos segundo o número de filhos, 1991 a 2011



Por outro lado, nos últimos anos aumentou o número de casais sem filhos. Se em 1991 representavam 32,2% do total de casais, em 2011 atingiam 41,2%.

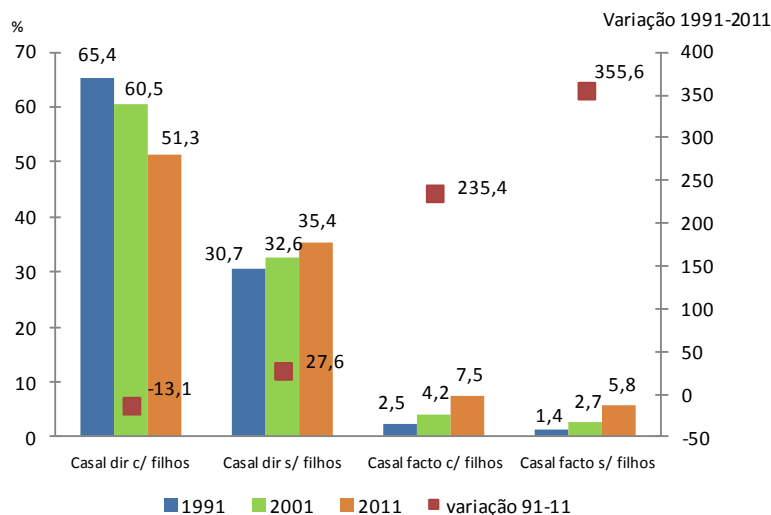
O aumento do número de casais sem filhos é o resultado, por um lado do adiamento da entrada na parentalidade por parte dos casais mais jovens e, por outro, da maior longevidade dos casais mais velhos, que retornam à situação de casal sem filhos após a saída de casa dos filhos adultos.

Aumentaram os casais em união de facto

Nos últimos 20 anos, o peso dos casais em união de facto quase quadruplicou, passando de 3,9% em 1991 para 13,3% em 2011. Está-se perante uma tendência crescente e regular ao longo do tempo, na medida em que o número de casais «de facto» praticamente duplicou em cada uma das últimas duas décadas: +93,6% entre 1991 e 2001 e +95,7% entre 2001 e 2011, perfazendo uma variação global de 278,8% no decurso dos últimos 20 anos.

A este nível, importa destacar que aumentaram tanto os casais «de facto» com filhos como os casais «de facto» sem filhos. Entre 1991 e 2011, a variação dos segundos foi superior à dos primeiros, 355,6% e 235,4%, respetivamente, o que parece evidenciar a crescente informalização das relações conjugais, independentemente da existência ou não de filhos.

Gráfico 6 - Núcleos familiares de casais segundo a situação na conjugalidade e existência de filhos, 1991 a 2011 e variação

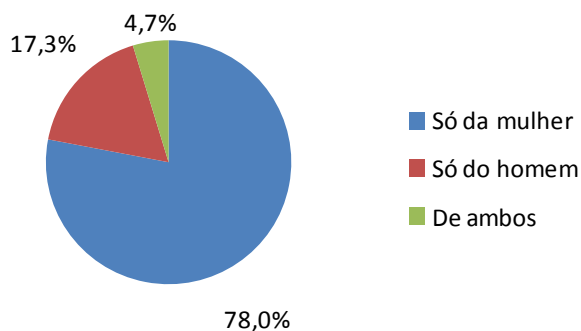


Cresceram os núcleos familiares reconstituídos: em 78% dos casos os filhos não comuns são da mulher

Os núcleos de casais reconstituídos ou recompostos² representavam, em 2011, 6,6% do total de casais com filhos; dez anos antes o seu peso era de 2,7%. Na última década, a importância deste tipo de arranjo familiar mais do que duplicou (+126,1%), o que evidencia que a recomposição familiar após um divórcio ou separação se tornou uma prática mais comum nas famílias portuguesas.

Em regra, nos núcleos de casais reconstituídos é mais frequente a situação dos filhos não comuns ao casal serem apenas filhos da mulher; 78,0% em 2011. Contudo, aumentou ligeiramente a importância das situações em que os filhos não comuns ao casal são filhos apenas do homem (16,5% em 2001 para 17,3% em 2011). Os núcleos reconstituídos em que há filhos não comuns de ambos os cônjuges representavam, em 2011, 4,7% do total.

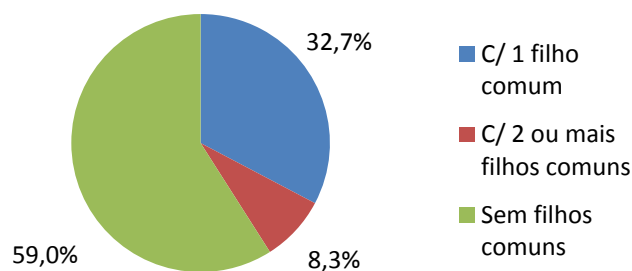
Gráfico 7 – Núcleos familiares reconstituídos, segundo a origem dos filhos não comuns, 2011



² Núcleo de casal com, pelo menos, um filho não comum.

Em 2011, 59% dos núcleos reconstituídos não tinha filhos em comum. Quando existiam filhos em comum (41,0%), os casais tinham, em regra, apenas um filho (32,7%); os casais recompostos com 2 ou mais filhos em comum representavam 8,3%.

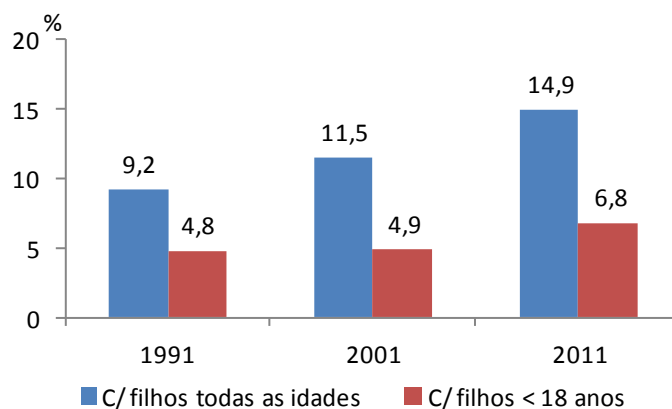
Gráfico 8 – Núcleos familiares reconstituídos, segundo o número de filhos comuns, 2011



Aumentaram os núcleos monoparentais: em 87% das situações é a mãe que vive com os filhos

Em 2011, 14,9% dos núcleos familiares eram núcleos monoparentais (pai ou mãe só com filhos), o que representa um aumento de 5,7 pontos percentuais face a 1991, ano em que perfaziam apenas 9,2%. Este aumento resulta sobretudo do crescimento dos núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos, cuja taxa de variação na última década foi de 47,7%.

Gráfico 9 - Núcleos monoparentais e núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos, 1991 a 2011



Por outro lado, manteve-se o predomínio das famílias de mães sós. Em 2011, os núcleos monoparentais femininos representavam 86,7% enquanto os masculinos se situavam nos 13,3%. Esta diferença é ainda mais vincada nos núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos, em que a proporção de núcleos de mães sós era de 89,2% face a 10,8% de pais sós. De referir que esta distribuição relativa se tem mantido estável ao longo das últimas duas décadas, sendo que um dos fatores explicativos da preponderância das famílias de mães sós reside na entrega dos filhos ao cuidado das mães a seguir ao nascimento fora do casamento (ou de uma união de facto) e após uma rutura conjugal (separação ou divórcio).

Com efeito, entre 1991 e 2011, a monoparentalidade por rutura conjugal passou de 21,9% para 43,4%, tendo por referência a percentagem de núcleos familiares monoparentais de pai ou mãe divorciados. Em contrapartida, a monoparentalidade por viuvez diminuiu, passando de 30,1% em 1991 para 7,7% em 2011.

Em 2011 a percentagem de núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos em situação de desemprego era de 15,1%, existindo mais mães do que pais sós nesta situação. Este resultado indicia a existência de um perfil de vulnerabilidade social e económica na monoparentalidade.

Famílias numerosas continuaram a perder importância: em 2011 apenas 7,4% tinham três ou mais filhos

Os núcleos familiares com três ou mais filhos, que integram o conceito de “famílias numerosas”, decresceram significativamente nas últimas décadas. Em 2011 representavam 7,4% do total de núcleos familiares com filhos, quando em 1991 o seu peso era de 16,8%.

Em 2011, 81,0% das famílias numerosas tinham 3 filhos; com 4 ou 5 filhos eram 17,7% e com 6 ou mais filhos apenas 1,3%. Em 1991 esses valores eram de 63,7%, 29,5% e 6,8%, respetivamente.